



Relatório e Contas do Exercício de 2020

www.acasapiana.com | acasapiana@acasapiana.com |
217 622 020 | Rua António Pinho, nº6 / 6 C, 1500-661 Lisboa



Índice

I.	Introdução.....	3
II.	Acontecimentos Relevantes.....	3
III.	Conclusão.....	3
IV.	Agradecimentos.....	4
V.	Ata da Direção.....	5
VI.	Parecer do Conselho Fiscal.....	6
CAPÍTULO 1 - Relatório de Gestão do ano 2020.....		7
1.	Administração e Gestão.....	7
1.1.	Recursos Financeiros e Patrimoniais.....	8
1.2.	Investimentos, gestão e manutenção de património.....	8
1.3.	Recursos Humanos.....	8
2.	Relação com os Associados (as) e com o exterior.....	8
2.1.	Relação com Associados (as).....	8
2.2.	Relação com o exterior.....	9
CAPÍTULO 2 – Respostas Sociais.....		10
1.	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI); Metas e Dinâmicas e Serviços prestados 10	
2.	Núcleo de Convívio e Partilha (NCP); Metas, Dinâmicas e Serviços prestados.....	10
3.	Funcionamento Global.....	10
Considerações Finais.....		11
ANEXO.....		12
Anexo 1 - Contas 2020.....		13

I. Introdução

Em conformidade com a Lei e os Estatutos da ACS – Associação Casapiana de Solidariedade, IPSS, com sede na Rua António Pinho, n.ºs. 6, 6A, 6B e 6C, Parque do Monsanto, 1500-661 Lisboa, inscrita com o número de registo 26/94, em 16 de Maio de 1994 – Livro n.º 5 folha n.º 182 e verso considerado efetuado em 19/7/1993, conforme publicação no Diário da República n.º 168, III série, a folhas 13312 de 22/7/1994, com o NIF: 503109487 e NISS 20004217089, e, em conformidade com o disposto na alínea b) do artigo 59.º - A do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, vem a Direção apresentar o Relatório e Contas do Exercício referente ao ano de 2020.

O citado Relatório é o resultado do trabalho desenvolvido pela Direção durante o ano de 2020, que é determinado, quase exclusivamente, pelos desafios colocados pelo combate à crise pandémica COVID – 19, em especial à protecção dos utentes e colaboradores da ACS.

Assim, continuamos a honrar os nossos irmãos Casapianos fundadores e a Solidariedade Gansíada. A nossa Felicidade é a Felicidade que proporcionamos aos outros.

II. Acontecimentos Relevantes

Os acontecimentos mais relevantes a reter têm que ver, essencialmente, com o impacto negativo – directo ou indirecto - trazido pela pandemia ao funcionamento corrente da ACS e do ERPI:

- Quebra do número médio de utentes, e conseqüente redução de receitas;
- Redução da actividade da Clínica Trevo Dourado, e conseqüente quebra de receitas.

III. Conclusão

A operação da ACS para o ano de 2020 reflecte o quadro depressivo que caracterizou quase todo o ano corrente, e que se traduz numa formulação simples: acentuada redução da actividade corrente face ao orçamentado. Custos Totais e Proveitos Totais registaram quebras (12,70%, e 23,91%, respectivamente). A consequência é um resultado operacional negativo de 202 993,13 euros, quando se previra um valor positivo de 93 326,86 euros. Foi a acentuada quebra nos Proveitos Totais a determinante do resultado global registado.

Custos totais: entre as principais rubricas de custo associadas à operação corrente, o comportamento foi diferenciado; “62-Fornecimentos e serviços externos” regista uma quebra de 30,75% e “63-Gastos com o pessoal” uma ligeira quebra de 0,08%. O comportamento de outras rubricas de custos, como “68-Outros gastos e perdas” (acrésimo de 2,74 %) e “69-Gastos e perdas de financiamento” (acrésimo de 9,16 %) traduz o esforço extra exigido pelo combate à crise.

Proveitos totais: as principais rubricas de proveitos são “72-Prestações de serviços” (redução de 26,80%), “73-Subsídios à exploração” (redução de 19,25%) e “78-Outros rendimentos e ganhos” (redução de 15,65 %), e traduzem a situação de crise corrente que caracterizou quase todo o ano, com particular incidência na significativa redução do número médio de utentes nas diversas valências. É este comportamento que define o essencial da operação em 2020.

A crise implicou um impacto negativo sério na operação da ACS em 2020 e, previsivelmente, ainda se manifestará no próximo do ano de 2021. O quadro geral, por conseguinte, aconselha a repensar o próximo ano, e isso passa, entre outros, por uma abordagem incisiva sobre as rubricas de proveitos.

IV. Agradecimentos

A ACS e os seu corpos gerentes agradecem a colaboração e apoio das instituições nossas parceiras seguintes: ISS, IP - Segurança Social; PSP – Polícia de Segurança Pública – Posto do Bairro da Boavista; Escola Superior de Educação de Lisboa - ESELx; Universidade Católica – (Enfermagem – Lisboa); Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Cruz Vermelha Portuguesa,

Ao Banco Montepio, Associação Mutualista Montepio ao CPAC – Casa Pia Atlético Clube e à Casa Pia de Lisboa deixamos uma referência muito especial de agradecimento e abraço Casapiano. Merecem referência nesta secção, também, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Fundação EDP, a GALP e, ainda, aos nossos fornecedores parceiros.

Todavia, a inextinguível dedicação e profissionalismo dos colaboradores da ACS, da Direcção à Acção Directa, passando pelos Serviços de Apoio e Funcionamento e, ainda, a atitude positiva dos nossos utentes, impediram que uma situação extremamente grave resvalasse para algo muito pior. Quaisquer agradecimentos ficarão sempre aquém do devido.



V. Ata da Direção

ASSOCIAÇÃO CASAPIANA DE SOLIDARIEDADE

ACTA Nº 323 DA REUNIÃO DE DIRECÇÃO

A 11 de Maio de 2021, pelas 16,30 horas, realizou-se nas instalações da ACS, a reunião da Direção, tendo em vista a apresentação e aprovação do Relatório e Contas de 2020;.....

Estiveram presentes os senhores Luís Figueiredo, Presidente, Leonel Vicente, Maria Eugénia Duarte e Nuno Miguel Carrilho, Vogais, como membros efetivos da Direção;...

1 – Reunião com o Conselho Fiscal;.....

A Direção da ACS reuniu com o Conselho Fiscal para que pudessem ser prestados os devidos esclarecimentos relativos às contas, bem como, a apreciação geral do exercício de 2020. Foram prestadas as informações solicitadas pelos membros do Conselho Fiscal e respondidas todas as suas questões;.....

2 - Aprovação do Relatório e Contas do exercício de 2020;.....

Foi aprovado, por unanimidade dos presentes, o Relatório e Contas referente ao exercício de 2020. Após aprovação, o referido relatório será publicado e disponibilizado aos associados e demais interessados através dos meios de comunicação existentes (site ACS – www.acasapiana.com). O Relatório e Contas do exercício de 2020 será apresentado e discutido na Assembleia Geral Ordinária da ACS que se realiza no próximo dia 27 de Maio de 2021;.....

Não havendo outros assuntos a tratar, foi encerrada a reunião de que se lavrou esta ata, a qual vai ser assinada pelos presentes;.....

O Presidente _____
(Luís Filipe da Silva Figueiredo)

O Vogal _____
(Leonel Luís dos Santos Vicente)

A Vogal _____
(Maria Eugénia Simões Vieira Duarte)

O Vogal _____
(Nuno Miguel Faria Carrilho)



VI. Parecer do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Exercício de 2020

Este é o Relatório da atividade do Conselho Fiscal e o seu Parecer sobre o Relatório e Contas apresentado pela Direção, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

Relatório

O Conselho foi periodicamente informado do desenvolvimento das ações da Direção durante o exercício de 2020, isso permitindo-lhe considerar informativo e elucidativo o Relatório de atividades da Direção que esta lhe apresentou para apreciação.

No desempenho das suas funções o Conselho apreciou as contas do exercício de 2020, que lhe foram apresentadas pela Direção e considera-as em boa ordem e espelhando a situação financeira da Associação.

Dado o exposto, o Conselho Fiscal formula o seguinte:

Parecer

1. Que sejam aprovados o Relatório e as Contas de exercício de 2020 nos termos apresentados pela Direção.
2. Que seja aprovado um voto de louvor à Direção pelas realizações citadas no Relatório.

Lisboa, 11 de Maio de 2021

O Presidente _____ (Crisóstomo Aquino de Barros)

O Vogal _____ (Tiago Filipe Gonçalves Serra Silva Figueiredo)

O Vogal _____ (José Pereira Pires)

CAPÍTULO 1 - Relatório de Gestão do ano 2020

O ano de 2020 caracterizou-se, essencialmente, pelo combate à crise pandémica, com especial incidência em:

- Mitigação de impactos negativos no funcionamento da ERPI e nos equilíbrios económico-financeiros da ACS;
- Prevenção de riscos e ameaças ao bem-estar e segurança dos seus utentes e colaboradores;
- Procura de recursos adicionais (humanos, financeiros, técnicos e outros) à operação.

A tónica da operação em 2020 foi de resistência a uma situação grave e inédita, e de perseverança de que o futuro não estaria condenado. Com embates sérios, sem dúvida, mas o essencial foi garantido. As dificuldades ainda não foram integralmente debeladas – a situação financeira e de tesouraria merece especial atenção - mas o ano de 2021 começará com uma perspectiva menos negativa do que terminou 2020. Parece ser uma formulação adequada do que foi a gestão do ano de 2020.

1. Administração e Gestão

A gestão e a administração dos recursos materiais e humanos nas várias respostas sociais da ACS, tendo em vista uma instituição cada vez mais eficiente e eficaz na concretização das suas acções, é um objectivo corrente e permanente. No ano de 2020, porém, a crise obrigou a um enfoque mais restrito, dominado pela necessidade de resolver situações de emergência imediata.

Para 2020 previa-se que seria o ano de solidificar o esforço feito nos últimos 2 anos de funcionamento da Associação Casapiana de Solidariedade (ACS), de que se salienta o desafio de implementar um Sistema de Certificação de Qualidade, dado que estariam em vias de ser reunidos, os recursos materiais, humanos e financeiros. Este objectivo teve que ser adiado.

Ainda para 2020, foram apontados objectivos de longo alcance, tais como:

- Fortalecer a resposta social Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI);
- Consolidação da resposta social Núcleo de Convívio e Partilha (NCP);
- Projeto - RACD - Residência para Adultos com Deficiência;
- Construção do Jardim e Zona Verde de Lazer.

A crise obrigou a um compasso de espera. Mas nem tudo foi interrompido: o Projeto – RACD, ainda na fase de formulação e candidatura, avançou como previsto.

1.1. Recursos Financeiros e Patrimoniais

No ano de 2020 seria alcançado a tão “ambicionada” sustentabilidade financeira da Associação. Na verdade, foi necessário reformular o modelo de financiamento junto do Montepio Geral que, em todo o caso, se processou em condições bastante interessantes.

O recurso a fontes de apoio extraordinário junto de outros parceiros, públicos e privados, foi outro recurso utilizado. A significativa quebra de receitas (seja por via das receitas correntes, seja por via da rentabilização do património) a tal exercício obrigou.

Contudo, procurou-se, por gestão criteriosa, manter as responsabilidades dentro de limites razoáveis.

1.2. Investimentos, gestão e manutenção de património

Para o ano em referência previa-se, como principais investimentos, a reestruturação e modernização da lavandaria, da morgue e da central térmica da instituição e, ainda, a aquisição de uma viatura adaptada para o transporte dos residentes das respostas sociais da instituição.

Só parcialmente aqueles objectivos foram alcançados e, tanto quanto possível, a acção empreendida foi meticulosa tendo em vista a salvaguarda do essencial do equilíbrio da situação económico-financeira da ACS.

1.3. Recursos Humanos

Das diversas áreas que integram o funcionamento da ERPI da ACS, os Recursos Humanos é uma das que mais sentiu o impacto da crise pandémica. Os planos de desenvolvimento global tiveram que ser adiados e/ou adaptados. O resultado, porém, dado que a prioridade passou a ser quase exclusivamente a protecção de utentes e colaboradores, mantendo-se a qualidade dos serviços prestados, pode considerar-se extremamente positivo.

O movimento de Recursos Humanos, neste contexto, não traduz o funcionamento normal do ERPI, e decorreu de modo contingencial.

2. Relação com os Associados (as) e com o exterior

2.1. Relação com Associados (as)

A relação com os Associados no ano de 2020 revestiu-se de caracterização diferente, mas manteve-se, tal como os principais mecanismos para o efeito: o Boletim “ECOS” da ACS e a nossa *Newsletter*, como meio de comunicação, enviada a todos os associados via e-mail e, ainda disponível para leitura no site institucional da ACS (www.acasapiana.com).

O movimento de associados também foi afectado pela crise pandémica, e não reflecte uma situação de normalidade. O número de sócios no final de 2020 era de 977, comparado com 924 em 2019.

2.2. Relação com o exterior

As relações com o exterior, bem como os principais instrumentos utilizados, não sofreram alteração significativa. Porém, a crise trouxe novos parceiros e contactos, bem como a necessidade de enfrentar novos desafios e novos modos de cooperação.

Podemos destacar as seguintes entidades:

- Jornal "O Casapiano";
- Ministério da Solidariedade e da Segurança Social;
- Casa Pia de Lisboa (CPL);
- Câmara Municipal de Lisboa (CML);
- Instituições da Comunidade onde estamos inseridos (Junta de Freguesia, PSP, Paróquias, Escolas e Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS);
- Fundação Liga;
- Cruz Vermelha Portuguesa;
- Universidade ESELx;
- Universidade Católica de Lisboa (enfermagem).

CAPÍTULO 2 – Respostas Sociais

1. Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI); Metas e Dinâmicas e Serviços prestados

Dado que já haviam sido introduzidas as inovações organizacionais e funcionais necessárias, o objectivo para 2020 era o de operar com uma taxa de ocupação média de 95% da capacidade total (105) ou seja, 100 utentes, mantendo-se a qualidade e segurança dos serviços prestados. A taxa média de ocupação real em 2020 foi de 88 utentes, inferior ao projectado. Este número condicionou, negativamente, todo o funcionamento da ERPI e da ACS em 2020.

2. Núcleo de Convívio e Partilha (NCP); Metas, Dinâmicas e Serviços prestados

O Núcleo de Convívio e Partilha (NCP) sofreu, também, os efeitos da pandemia, e pouco funcionou, no ano de 2020. O objectivo era trabalhar a plena capacidade e, para tal, o serviço de transporte adaptado seria um instrumento valioso.

3. Funcionamento Global

Para as diferentes áreas funcionais - Direção Geral/Técnica, Serviço Social, Enfermagem, Coordenação de Equipas, Animação Sociocultural, Marketing, Administrativo e Financeiro, Manutenção e obras – previa-se uma actuação coordenada e integrada, de cujo sucesso resultaria o alcance de níveis de funcionamento superiores, com qualidade e segurança do serviço prestado modelares para o sector. Também resultaria a consolidação financeira, económica e patrimonial da ACS e da ERPI. A qualidade, dedicação e empenho do trabalho daquelas áreas ultrapassou, em muito, o perspectivado para o ano de 2020. A crise pandémica, porém, pela sua intensidade e duração (na, verdade, ainda persiste) obrigou a um desvio significativo em relação aos objectivos propostos, para que todos os esforços se concentrassem no combate à emergência assim colocada. Os objectivos emergentes foram plenamente alcançados; os objectivos inicialmente propostos, nem tanto, com impacto sobre a consolidação financeira.



Considerações Finais

As contas apresentadas à aprovação da Assembleia traduzem a situação financeira e contabilística da ACS – Associação Casapiana de Solidariedade, IPSS. A crise pandémica condicionou seriamente a operação referente ao ano de 2020, o que as contas revelam. Também é verdade que a crise foi enfrentada com determinação e eficácia, pelo que o próximo ano de 2021, apesar de tudo, começa com uma tónica mais positiva que o final de 2020 permitiria conceber. A comunidade Casapiana ergueu e mantém uma obra que a todos nos orgulha.

Associação Casapiana de Solidariedade, 11 de Maio de 2021

A Direção:

Luís Filipe da Silva Figueiredo _____

Leonel Luís dos Santos Vicente _____

Clemente da Costa _____

Nuno Miguel Faria Carrilho _____

Maria Eugénia Simões Vieira Duarte _____



ANEXO



Anexo 1 - Contas 2020

ASSOCIAÇÃO CASAPIANA DE SOLIDARIEDADE

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2020

Índice

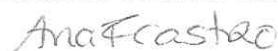
Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas (por cada resposta social)	5
Demonstração Fluxos Caixa	6
Anexo	
1. Identificação da Entidade	7
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	7
3. Principais Políticas Contabilísticas	
3.1. Bases de Apresentação	7
3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração	8
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	12
5. Investimentos	
5.1. Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento	12
5.1.1 Bens do domínio público	12
5.1.2 Bens do património histórico, artístico e cultural	12
5.1.3 Outros ativos fixos tangíveis	13
5.1.4 Propriedades de investimento	14
6. Ativos intangíveis	14
7. Financiamentos obtidos	15
8. Custos dos financiamentos obtidos	15
9. Inventários	16
10. Rendimentos	16
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	16
12. Subsídios, doações e legados à exploração	16
13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio	16
14. Imposto sobre o rendimento	17
15. Benefícios dos empregados	17
16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	17
17. Outras Informações	

17.1. Investimentos financeiros	17
17.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	18
17.3. Créditos a receber	18
17.4. Outros ativos correntes	18
17.5. Diferimentos	19
17.6. Caixa e depósitos bancários	19
17.7. Fundos patrimoniais	19
17.8. Fornecedores	20
17.9. Estado e outros entes públicos	20
17.10. Outros passivos correntes	20
17.11. Fornecimentos e serviços externos	21
17.12. Outros rendimentos	22
17.13. Outros gastos	22
17.14. Resultados financeiros	22
17.15. Informações genéricas	23
17.16. Acontecimentos após a data do balanço	23

BALANÇO
dezembro 2020

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2020	2019
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis.....	5.1.3+5.1.4	4 485 987,11	4 469 600,00
Bens do património histórico e cultural.....			
Activos intangíveis.....			
Investimentos financeiros.....	17.1	9 897,67	6 926,05
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....			
Outros crédito e ativos não correntes.....			
		4 495 884,78	4 476 526,05
Activo corrente:			
Inventários.....			
Créditos a receber.....	17.3	145 543,76	74 791,04
Estado e outros entes públicos.....	17.9	3 379,53	2 521,77
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	17.2	26 976,13	14 861,00
Diferimentos.....	17.5	4 740,72	5 909,62
Outros activos correntes.....	17.4	12 482,27	8 178,21
Caixa e depósitos bancários.....	17.6	423 329,07	20 493,96
		616 451,48	126 755,60
Total do activo		5 112 336,26	4 603 281,65
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais:			
Fundos.....		3 869,82	3 869,82
Excedentes técnicos.....			
Reservas.....			
Resultados transitados.....		-194 162,44	-462 825,68
Excedentes de revalorização.....			
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais.....		3 374 573,78	3 312 168,97
Subsídios ao investimento		3 215 827,78	3 312 168,97
Doações		158 746,00	
Outras variações			
		3 184 281,16	2 853 213,11
Resultado líquido do período.....		-202 993,13	268 663,24
Total dos fundos patrimoniais	17.7	2 981 288,03	3 121 876,35
PASSIVO			
Passivo não corrente:			
Provisões.....			
Provisões específicas.....			
Financiamentos obtidos.....	7+8	847 462,66	976 371,55
Outras dívidas a pagar.....			
		847 462,66	976 371,55
Passivo corrente			
Fornecedores.....	17.8	85 318,24	47 280,11
Estado e outros entes públicos.....	17.9	32 950,94	44 480,69
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....			
Financiamentos obtidos.....	7+8	876 176,23	122 417,57
Diferimentos.....	17.5	173,00	1 949,50
Outros passivos correntes.....	17.10	288 967,16	288 905,88
		1 283 585,57	505 033,75
Total do passivo		2 131 048,23	1 481 405,30
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5 112 336,26	4 603 281,65

O Contabilista Certificado 12501



A Direcção

ASSOCIAÇÃO CASAPIANA DE SOLIDARIEDADE

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

dezembro 2020

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS		2020		
		2020	2019	LAR	CENTRO DIA	ACS SEDE
		RENDIMENTOS E GASTOS				
Vendas e serviços prestados.....	10	1 265 951,23	1 351 289,73	1 214 905,83	9 154,40	41 891,00
Subsídios, doações e legados à exploração.....	12	375 649,30	430 379,25	266 913,93	61,62	108 673,75
ISS. IP - Centros Distritais		261 370,80	241 432,32	261 268,09	61,62	41,09
Outras entidades publicas		5 645,84		5 645,84		
Subsídios outras entidades		30 010,98	26 345,28			30 010,98
Doações e heranças		78 621,68	162 601,65			78 621,68
Variação nos inventários da produção.....						
Trabalhos para a própria entidade.....						
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....						
Fornecimentos e serviços externos.....	17.11	(762 680,56)	(853 855,24)	(733 530,05)	(21 046,84)	(8 103,67)
Gastos com o pessoal.....	15	(1 107 885,10)	(998 256,39)	(1 052 562,92)	(33 258,70)	(22 063,48)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões).....						
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....						
Provisões específicas (aumentos/reduções).....						
Outras imparidades (perdas/reversões).....						
Aumentos/reduções de justo valor.....						
Outros rendimentos.....	17.12	290 401,27	614 352,38	120 674,08	2 915,16	166 812,03
Correções relativas a anos anteriores		12 304,24	17 280,29	12 298,74	3,30	2,20
Correções positivas de participações do ISS, IP		12 194,25	13 576,96	12 194,25		
Outras correções de anos anteriores		109,99	3 703,33	104,49	3,30	2,20
Imputação de subsídios ao investimento		96 341,19	96 341,19	91 524,21	2 890,17	1 926,81
Outros rendimentos		181 755,84	500 730,90	16 851,13	21,69	164 883,02
Outros gastos.....	17.13	(61 642,86)	(75 079,89)	(58 560,73)	(3 048,53)	(33,60)
Correções relativas a anos anteriores		(708,01)	(1 943,52)	(672,62)	(21,23)	(14,16)
Correções negativas de participações do ISS, IP		(708,01)	(1 943,52)	(672,62)	(21,23)	(14,16)
Outras correções de anos anteriores						
Outros gastos		(60 934,85)	(73 136,37)	(57 888,11)	(3 027,30)	(19,44)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(206,72)	468 829,84	(242 159,86)	(45 222,89)	287 176,03
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	5+6	(171 969,75)	(168 131,15)	(160 355,09)	(8 439,74)	(3 174,92)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(172 176,47)	300 698,69	(402 514,95)	(53 662,63)	284 001,11
Juros e rendimentos similares obtidos.....						
Juros e gastos similares suportados.....	17.14	(30 816,66)	(32 035,45)	(29 275,85)	(924,44)	(616,37)
Resultado antes de impostos		(202 993,13)	268 663,24	(431 790,80)	(54 587,07)	283 384,74
Imposto sobre o rendimento do período.....						
Resultado líquido do período		-202 993,13	268 663,24	-431 790,80	-54 587,07	283 384,74

O Contabilista Certificado 12501

A Direção

Ana F. Castro

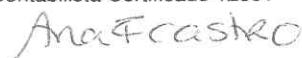
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
dezembro 2020

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		1 430 050,51	1 546 600,68
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-879 295,22	-1 141 997,31
Pagamentos ao pessoal		-679 964,60	-633 557,50
Caixa gerada pelas operações		-129 209,31	-228 954,13
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		-170 950,57	-19 619,62
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-300 159,88	-248 573,75
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:		-742,31	-41 223,80
<i>Activos fixos tangíveis</i>		-742,31	-41 223,80
<i>Activos intangíveis</i>			
<i>Investimentos financeiros</i>			
<i>Outros activos</i>			
Recebimentos provenientes de:		8 100,00	0,00
<i>Activos fixos tangíveis</i>		100,00	
<i>Activos intangíveis</i>			
<i>Investimentos financeiros</i>			0,00
<i>Outros activos</i>		8 000,00	
<i>Subsídios ao investimento</i>			
<i>Juros e rendimentos similares</i>			
<i>Dividendos</i>			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		7 357,69	-41 223,80
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:		937 194,69	867 601,65
<i>Financiamentos obtidos</i>		845 000,00	425 000,00
<i>Realizações de fundos</i>			
<i>Cobertura de prejuízos</i>			
<i>Doações</i>		70 113,67	442 601,65
<i>Outras operações de financiamento</i>		22 081,02	
Pagamentos respeitantes a:		-241 557,39	-582 363,74
<i>Financiamentos obtidos</i>		-210 740,73	-550 328,29
<i>Juros e gastos similares</i>		-30 816,66	-32 035,45
<i>Dividendos</i>			
<i>Reduções de fundos</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		695 637,30	285 237,91
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3) (A)		402 835,11	-4 559,64
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período (B)		20 493,96	20 111,36
Caixa e seus equivalentes no fim do período (C)		423 329,07	25 053,60

O Contabilista Certificado 12501

A Direcção



Anexo

1. Identificação da Entidade

Associação Casapiana de Solidariedade, contribuinte n.º 503 109 487, reconhecida como IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede na Rua António Pinho n.º 6, 6A, 6B e 6C, Parque de Monsanto, 1500-661 Lisboa e registada pela inscrição n.º 26/94, a fl. 182 v.º do livro n.º 5 das associações de solidariedade social em 19 de junho de 1993. Tem como actividade a concessão de bens e a prestação de serviços sociais sem finalidade lucrativa.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, com redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases Gerais de Mensuração usados na preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à capacidade de cumprir os seus fins estatutários.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Notas 17.4 e 17.11) e “Diferimentos” (Nota 17.5).



3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

Pretendeu-se, nas Demonstrações Financeiras, divulgar a informação comparativa com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, procurando que as políticas contabilísticas fossem levadas a efeito de maneira consistente ao longo do tempo.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição. A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

O custo dos inventários inclui os custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros directamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de compra ou de conversão, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de um ajustamento, o qual é revertido quando deixam de existir os motivos que o originaram.

3.2.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem na forma pretendida, não incluindo qualquer estimativa para custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade possa vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor comunicado pelo doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Na falta de estimativa para os períodos de vida útil esperada, as taxas de depreciação utilizadas correspondem às que se encontram na tabela anexa ao Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro, aplicando-se esta aos bens adquiridos a partir de 01.01.2012.

3.2.3. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/Patrocinadores /doadores/associados/membros encontram-se com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

3.2.4. Créditos a receber e outros activos correntes

Os “Créditos a receber” e os “Outros activos correntes”, encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estes se encontram reconhecidos, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

3.2.5. Outros ativos e passivos financeiros

Os *Ativos e Passivos Financeiros* foram reconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL), ou seja, «*ao custo, entendido como a quantia nominal dos direitos e obrigações contratuais envolvidos*».

3.2.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui, caixa e os depósitos bancários e outros que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alterações de valor.

3.2.7. Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos sócios da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes.

3.2.9. Empréstimos bancários e outros passivos remunerados

Os passivos remunerados são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção incorridos. Os passivos remunerados são subsequentemente apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transacção) e o valor de reembolso é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os passivos remunerados são classificados no passivo corrente, excepto se a Entidade detém um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data da demonstração da posição financeira.

3.2.10. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do art.º 10º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC):

“1 — Estão isentas de IRC:

a) *As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
 b) *As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas; ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.*

c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.*

2 — *A isenção prevista na alínea c) do número anterior carece de reconhecimento pelo Ministro das Finanças, a requerimento dos interessados, mediante despacho publicado no Diário da República, que define a respectiva amplitude, de harmonia com os fins prosseguidos e as actividades desenvolvidas para a sua realização, pelas entidades em causa e as informações dos serviços competentes da Direcção-Geral dos Impostos e outras julgadas necessárias.*

3 — *A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*

b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director-geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*

c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.*

4 — *O não cumprimento dos requisitos referidos nas alíneas a) e c) do número anterior determina a perda da isenção, a partir do correspondente período de tributação, inclusive.*

5 — *Em caso de incumprimento do requisito referido na alínea b) do n.º 3, fica sujeita a tributação, no 4.º período de tributação posterior ao da obtenção do rendimento global líquido, a parte desse rendimento que deveria ter sido afectada aos respectivos fins.”*

Assim, esta rubrica só reconhece os impostos sobre o rendimento sujeitos a retenção na fonte e as contribuições obrigatórias para a Segurança Social.

3.2.11. Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Os activos intangíveis com vidas úteis indefinidas ou ainda não disponíveis para uso são sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, comparando a sua quantia escriturada com a sua quantia recuperável.

A quantia recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas. Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no Fundo Patrimonial. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.2.12. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes deverão ser reconhecidas como gastos do período em que ocorrem. A Entidade não tem rendas contingentes

3.2.13. Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem: (i) uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado; (ii) é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e (iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tais estimativas são determinadas tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação e são revistas na data de relato, sendo ajustadas quando necessário, de modo a reflectir a melhor estimativa nessa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedam os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a Entidade desenvolveu um plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais componentes aos afectados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam directamente da implementação do correspondente plano, não estando, conseqüentemente, relacionados com as actividades correntes da Entidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.2.14. Rédito

O rédito compreende o justo valor das prestações de serviços, sendo reconhecido no momento da prestação do serviço.

As quotas, quando aplicável, são reconhecidas no ano a que correspondem.

Os juros são reconhecidos atendendo à periodização económica.

3.2.15. Subsídios à exploração e outros

Estes subsídios são reconhecidos, sempre que exista segurança quanto ao cumprimento das respectivas condições associadas e que os mesmos serão recebidos, como rendimentos do próprio período independentemente da data do seu recebimento.

3.2.16. Subsídios ao Investimento

Os subsídios ao investimento são reconhecidos, exista segurança quanto ao cumprimento das respectivas condições associadas e que os mesmos serão recebidos, inicialmente em Fundos Patrimoniais e subsequentemente imputados em rendimentos do próprio período de acordo com a depreciação do activo afecto ao investimento.

3.2.17. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.2.18 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF-ESNL, a Entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos reportados, bem como os rendimentos e gastos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efectuadas pela Entidade foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso. As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- Férias e subsídio de férias;
- Subsídios à exploração
- Vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis;
- Registo de imparidade aos valores do activo, nomeadamente, de clientes.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Investimentos

5.1 Activos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento

5.1.1 Bens do domínio público

As Demonstrações Financeiras não refletem quaisquer efeitos resultantes do usufruto de “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público.

5.1.2 Bens do património histórico, artístico e cultural

A entidade não possui nem usufrui de quaisquer bem do património histórico, artístico ou cultural.

5.1.3 Outros ativos fixos tangíveis

Designação	Saldo 01/01/2020	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31/12/2020
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	5 889 568,83	0,00	0,00	0,00	0,00	5 889 568,83
Equipamento Básico	353 333,28	22 179,22	0,00	0,00	0,00	375 512,50
Equipamento Transporte	175 253,85	0,00	-8 852,15	0,00	0,00	166 401,70
Equipamento Administrativo	187 012,14	0,00	0,00	0,00	0,00	187 012,14
Equipamento Biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos Fixos Tangíveis	133 662,18	3 169,94	0,00	0,00	0,00	136 832,12
Activos Fixos Tangíveis em curso	4 428,00	4 261,70	0,00	0,00	0,00	8 689,70
Total	6 743 258,28	29 610,86	-8 852,15	0,00	0,00	6 764 016,99
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1 718 781,47	111 149,32	0,00	0,00	0,00	1 829 930,79
Equipamento Básico	226 320,26	27 447,17	0,00	0,00	0,00	253 767,43
Equipamento Transporte	126 952,22	24 171,59	-8 852,15	0,00	0,00	142 271,66
Equipamento Administrativo	177 975,65	3 705,08	0,00	0,00	0,00	181 680,73
Equipamento Biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos Fixos Tangíveis	23 628,68	2 321,67	0,00	0,00	0,00	25 950,35
Total	2 273 658,28	168 794,83	-8 852,15	0,00	0,00	2 433 600,96
						VL 4 330 416,03

Designação	Saldo 01/01/2019	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31/12/2019
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	5 889 568,83	0,00	0,00	0,00	0,00	5 889 568,83
Equipamento Básico	336 817,43	16 515,85	0,00	0,00	0,00	353 333,28
Equipamento Transporte	143 888,85	31 365,00	0,00	0,00	0,00	175 253,85
Equipamento Administrativo	179 297,99	7 714,15	0,00	0,00	0,00	187 012,14
Equipamento Biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos Fixos Tangíveis	131 231,31	2 430,87	0,00	0,00	0,00	133 662,18
Activos Fixos Tangíveis em curso	4 428,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 428,00
Total	6 685 232,41	58 025,87	0,00	0,00	0,00	6 743 258,28
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1 607 672,00	111 109,47	0,00	0,00	0,00	1 718 781,47
Equipamento Básico	200 842,46	25 477,80	0,00	0,00	0,00	226 320,26
Equipamento Transporte	102 780,65	24 171,57	0,00	0,00	0,00	126 952,22
Equipamento Administrativo	173 793,77	4 181,88	0,00	0,00	0,00	177 975,65
Equipamento Biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos Fixos Tangíveis	20 438,25	3 190,43	0,00	0,00	0,00	23 628,68
Total	2 105 527,13	168 131,15	0,00	0,00	0,00	2 273 658,28
						VL 4 469 600,00

5.1.4 Propriedades de Investimento

Designação	Saldo 01/01/2020	Aquisições Dotações	Alienação	Transferências	Reavaliações	Saldo 31/12/2020
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	158 746,00	0,00	0,00	0,00	158 746,00
Outras propriedades investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	158 746,00	0,00	0,00	0,00	158 746,00
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	3 174,92	0,00	0,00	0,00	3 174,92
Outras propriedades investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	3 174,92	0,00	0,00	0,00	3 174,92
					VL	155 571,08

6. Ativos Intangíveis

Designação	Saldo 01/01/2020	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31/12/2020
Custo						
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11 776,84
Outros Activos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos Intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11 776,84
Depreciações acumuladas						
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11 776,84
Outros Activos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11 776,84
					VL	0,00

Designação	Saldo 01/01/2019	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31/12/2019
Custo						
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11 776,84
Outros Activos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos Intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11 776,84
Depreciações acumuladas						
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11 776,84
Outros Activos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11 776,84
					VL	0,00

7. Financiamentos Obtidos

Locações

Designação	2020			2019		
	Início período	Rendas pagas	Fim período	Início período	Rendas pagas	Fim período
Nº 117854 Viatura 35-TZ-11	12 612,40	6 306,20	6 306,20	18 918,60	6 306,20	12 612,40
Nº 134384 Viatura 86-VU-05	18 819,00	9 409,50	9 409,50	31 365,00	12 546,00	18 819,00
Total	31 431,40	15 715,70	15 715,70	50 283,60	18 852,20	31 431,40

Designação	Pagamento 1ª Renda	Período	Montante	V. Residual	Capital em dívida		
					n/Corrente	Corrente	Total
Nº 117854 Viatura 35-TZ-11	01/12/2017	5 anos	31 531,01	5,01	0,00	6 306,20	6 306,20
Nº 134384 Viatura 86-VU-05	03/04/2019	3 anos	31 365,00	0	0,00	9 409,50	9 409,50
Total			62 896,01	5,01	0,00	15 715,70	15 715,70

8. Custos dos Financiamentos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Em 31 de dezembro de 2020 de 2019 a Entidade registou os seguintes encargos com financiamentos obtidos:

Designação	2020	2019
Juros Suportados	30 816,66	32 035,45
De financiamentos obtidos	30 816,66	32 035,45
Locações Financeiras	0,00	0,00
Outros Financiamentos	30 816,66	32 035,45
Total	30 816,66	32 035,45

Empréstimos

Designação	2020			2019		
	Início período	Rendas pagas	Fim período	Início período	Rendas pagas	Fim período
BANCO MG nº 185-36.100069-7	1 067 357,72	109 434,53	957 923,19	1 173 833,81	106 476,09	1 067 357,72
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 067 357,72	109 434,53	957 923,19	1 173 833,81	106 476,09	1 067 357,72

Designação	Pagamento 1ª Renda	Período	Montante	Capital em dívida		
				n/Corrente	Corrente	Total
BANCO MG nº 185-36.100069-7	01/11/2018	40 meses	1 200 000,00	847 462,66	110 460,53	957 923,19
BANCO MG nº 088-30-100087-8	15/05/2020	Linha crédito	250 000,00	250 000,00		250 000,00
BANCO MG nº 000-36.100934-3	27/12/2020	72 meses	500 000,00	500 000,00	0,00	500 000,00
Total			1 950 000,00	1 597 462,66	110 460,53	1 707 923,19

9. Inventários

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica “*Inventários*” não apresentava saldos.

10. Rendimentos

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes rendimentos:

Designação	2020	2019
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços	1 265 951,23	1 351 289,73
Quotas	41 891,00	32 217,12
Utentes e comunidade	1 224 060,23	1 319 072,61
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00	0,00
Subsídios, doações e outros	375 649,30	430 379,25
Subsídios das Entidades Públicas	267 016,64	241 432,32
Subsídios de outras entidades	30 010,98	26 345,28
Doações e heranças	78 621,68	162 601,65
Reversões	0,00	0,00
Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00
Outros rendimentos	290 401,27	614 352,35
Juros, dividendos e outros	0,00	0,03
Total	1 932 001,80	2 396 021,36

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No período de 2020 não ocorreram variações relativas a provisões.

12. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Entidade tinha, nas rubricas de “*Subsídios, doações e legados à exploração*”, registados os seguintes montantes:

Designação	2020	2019
Subsídios das Entidades Públicas	327 038,60	294 122,88
Instituto da Segurança Social	261 370,80	241 432,32
ERPI	259 316,34	241 432,32
Outros Subsídios (medida excepcional covid 19)	0,00	0,00
Autarquias	0,00	0,00
IEFP	5 645,84	0,00
Outras Entidades	30 010,98	26 345,28
Provedoria Casa Pia de Lisboa	30 010,98	26 345,28
	0,00	0,00
Doações e heranças	78 621,68	162 601,65
Total	375 649,30	430 379,25

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Nos períodos de 2020 e 2019, não houve necessidade de reconhecer alterações das taxas de câmbio porque para além do euro não foi utilizada qualquer outra moeda.

14. Imposto sobre o Rendimento

Não foi contabilizado imposto retido na fonte por terceiros. A entidade encontra-se isenta de IRC com base no artigo 10º do CIRC.

15. Benefícios dos empregados

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Designação	2020	2019
Remunerações	879 531,32	796 644,13
Órgãos Sociais	0,00	0,00
Pessoal	879 531,32	796 644,13
Indemnizações	226,26	621,00
Encargos sobre Remunerações	194 523,00	179 057,39
Órgãos Sociais	0,00	0,00
Pessoal	194 523,00	179 057,39
Seguro de A. de Trabalho	16 481,20	13 909,01
Gastos de Acção Social	1 505,16	1 301,22
Outros Gastos com o Pessoal	15 618,16	6 723,64
Total	1 107 885,10	998 256,39

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A Entidade não dispõe nem é obrigada a dispor de Revisor Oficial de Contas.

17. Outras Informações

17.1. Investimentos Financeiros

No período de 2020 e 2019 a Entidade, de acordo com o estabelecido por lei para o Fundo de Compensação do Trabalhador (FCT) e para o Fundo de Reestruturação do Sector Solidário (FRSS), detinha os seguintes movimentos na rubrica de "Investimentos Financeiros":

Designação	Saldo 01/01/2020	Aquisições	Aumentos	Reduções	Saldo 31/12/2020
Outros investimentos financeiros					
FRSS	463,95	0,00	0,00	0,00	463,95
FCT	6 462,10	3 988,45	0,00	-1 016,83	9 433,72
Total	6 926,05	3 988,45	0,00	-1 016,83	9 897,67

Designação	Saldo 01/01/2019	Aquisições	Aumentos	Reduções	Saldo 31/12/2019
Outros investimentos financeiros					
FRSS	463,95	0,00	0,00	0,00	463,95
FCT	2 967,48	0,00	3 494,62	0,00	6 462,10
Total	3 431,43	0,00	3 494,62	0,00	6 926,05

17.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Nos períodos de 2020 e 2019, ocorreram os seguintes movimentos nas contas em referência:

Designação	2020	2019
Doadores em curso	0,00	0,00
Quotas	26 976,13	14 861,00
Total	26 976,13	14 861,00

17.3. Créditos a receber

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Créditos a receber" registavam os seguintes saldos:

Designação	2020	2019
Clientes c/c	121 598,22	60 873,90
Utentes c/c	23 945,54	13 917,14
Utentes cobrança duvidosa	0,00	0,00
Perdas por imparidades acumuladas	0,00	0,00
Total	145 543,76	74 791,04

17.4. Outros activos correntes

A rubrica "Outros activos correntes" registava, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os seguintes valores:

Designação	2020	2019
Outros Instrumentos financeiros detidos p/a negociação	0,00	0,00
Outros títulos	0,00	0,00
Fornecedores	9 586,35	6 884,05
Adiantamentos a Fornecedores	2 821,29	118,99
Adiantam.a Fornecedores de Investimento	6 765,06	6 765,06
Pessoal	39,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	39,00	0,00
Outras operações com pessoal	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Juros a receber	0,00	0,00
Outros Financiadores	0,00	0,00
Outros devedores	2 856,92	1 294,16
Outros	2 856,92	1 294,16
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	12 482,27	8 178,21

17.5. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Diferimentos” registava os seguintes saldos:

Designação	2020	2019
Gastos a reconhecer		
Seguros	4 740,72	5 909,62
Outros gastos a reconhecer	0,00	0,00
Total	4 740,72	5 909,62
Rendimentos a reconhecer		
Quotas	173,00	1 949,50
Subsídios à exploração	0,00	0,00
Outros rendimentos a reconhecer	0,00	0,00
Total	173,00	1 949,50

17.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2020 e 2019, registava os seguintes saldos:

Designação	2020	2019
Caixa	2 611,20	2 047,64
Depósitos à ordem	420 717,87	18 446,32
Outros depósitos bancários	0,00	0,00
Total	423 329,07	20 493,96

17.7. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Designação	Saldo 01/01/2020	Aumentos	Diminuições	Saldo 31/12/2020
Fundos	3 869,82	0,00	0,00	3 869,82
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados Transitados	-462 825,68	0,00	268 663,24	-194 162,44
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	3 312 168,97	158 746,00	-96 341,19	3 374 573,78
Subsídios Investimento	3 312 168,97	0,00	-96 341,19	3 215 827,78
Valor de 2019	3 312 168,97	0,00	0,00	3 312 168,97
Imputação de subsídios	0,00	0,00	-96 341,19	-96 341,19
ISS	0,00	0,00	-26 746,05	-26 746,05
FEDER	0,00	0,00	-35 371,95	-35 371,95
Fundação Montepio	0,00	0,00	-200,00	-200,00
Da comunidade/Donativos	0,00	0,00	-34 023,19	-34 023,19
Doações	0,00	158 746,00	0,00	158 746,00
Resultado líquido do período	268 663,24	0,00	-471 656,37	-202 993,13
Total	3 121 876,35	158 746,00	-299 334,32	2 981 288,03

Os aumentos resultam da integração em resultados transitados do resultado líquido de 2019 no valor de €268.663,24 e de doação de edifício no valor de €158.746,00.

As diminuições reportam-se à imputação, no período, dos subsídios ao investimento no valor de €96.341,19

17.8. Fornecedores

Os saldos das rubricas de “Fornecedores” e “Fornecedores de Investimentos” discriminam-se da seguinte forma:

Designação	2020	2019
Fornecedores c/c	85 318,24	47 280,11
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Total	85 318,24	47 280,11

17.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está repartida da seguinte forma:

Designação	2020	2019
Ativo		
Imposto s/ Rendimento - IRC	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA*	3 366,26	2 521,77
* ao abrigo Dec. Lei 20/90		
Outros Impostos e Tributações	13,27	0,00
Total	3 379,53	2 521,77
Passivo		
Imposto s/ Rendimento - IRC	0,00	0,00
Retenção Imposto s/ Rendimento - IRS	8 420,19	7 804,04
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	24 358,75	35 783,25
Outros Impostos e Tributações	172,00	893,40
Total	32 950,94	44 480,69

17.10. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Designação	2020		2019	
	n/Corrente	Corrente	n/Corrente	Corrente
Outros passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos à Ordem	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes e Utentes	0,00	45 143,87	0,00	19 456,55
Adiantamento de utentes	0,00	45 143,87	0,00	19 456,55
Fornecedores	0,00	18 871,89	0,00	19 167,16
Fornecedores de investimentos	0,00	18 871,89	0,00	19 167,16
Pessoal	0,00	186,09	0,00	16,99
Remunerações a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações com pessoal	0,00	186,09	0,00	16,99
Outros Financiadores	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores por acréscimos de gastos	0,00	163 240,41	0,00	138 539,19
Remunerações a liquidar	0,00	163 240,41	0,00	138 539,19
Subsídio de Férias e Férias a Liquidar em 2021	0,00	131 794,87	0,00	111 534,98
Encargos sobre F+S. Férias a Liquidar em 2021	0,00	31 445,54	0,00	27 004,21
Outros Acréscimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros credores	0,00	61 524,90	0,00	111 725,99
Total	0,00	288 967,16	0,00	288 905,88

17.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Exploração de refeitórios	258 384,12	307 376,38
Trabalhos especializados	19 216,19	35 904,18
Publicidade e propaganda	0,00	170,88
Vigilância e segurança	83 190,18	75 843,15
Honorários	6 617,45	17 716,88
Conservação e Reparação		
Em equipamentos próprios	48 866,33	74 793,33
Serviços bancários	9 105,70	3 477,43
Outros		
Consultas utentes	24 499,24	20 547,48
Ferramentas e Utens. Desg. Rápido	5 915,04	4 213,95
Material de escritório	8 396,50	7 295,85
Artigos para oferta	14 427,66	17 175,81
Material didáctico	0,00	7,45
Rouparia	1 906,50	1 714,67
Artigos saúde utentes	47 168,52	47 227,84
Jornais e revistas	0,00	20,21
Electricidade	66 853,06	61 131,31
Combustíveis	5 057,03	7 550,91
Água	32 089,60	30 656,87
Gás	27 181,98	32 224,44
Outros	2,98	
Deslocações e Estadas		
Pessoal	1 734,93	2 533,47
Utentes	427,45	8 759,02
Transportes de pessoal	1 011,68	
Transportes de mercadorias		
Rendas e alugueres	4 677,08	617,56
Comunicação	33 992,04	32 109,34
Seguros	7 386,13	6 694,84
Contencioso e notariado	1 707,74	2 018,47
Despesas de representação		
Limpeza, higiene e conforto	48 137,43	51 547,00
Outros Serviços	4 452,72	3 781,46
Atividades de animação	275,28	745,06
Total	762 680,56	853 855,24

17.12. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Designação	2020	2019
Rendimentos Suplementares	16 171,71	18 465,82
Descontos de pronto pagamento obtidos	340,73	245,02
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rend.e ganhos em invest.não financeiros	164 592,50	478 815,00
Correções relativas períodos anteriores	12 304,24	17 280,29
Imputação de subsídios p/ investimento	96 341,19	96 341,19
Restituição de impostos	0,00	1 827,73
Ganhos em out.investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros Rendimentos	650,90	1 377,30
Juros, dividendos e outros rendi/os similares	0,00	0,03
Total	290 401,27	614 352,38

17.13. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Designação	2020	2019
Impostos	634,85	176,79
Dívidas incobráveis	0,00	12 509,58
Outros gastos	0,00	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	708,01	1 943,52
Donativos	60 000,00	60 000,00
Quotizações	225,00	450,00
Ofertas e amostras de inventários	0,00	0,00
Outros não especificados	75,00	0,00
Outros Juros	0,00	0,00
Total	61 642,86	75 079,89

17.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e/ou rendimentos relacionados com juros e similares com financiamento. Os juros, dividendos e outros rendimentos similares estão evidenciados no quadro 17.12.

Designação	2020	2019
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	30 816,66	32 035,35
Outros gastos de financiamento	0,00	0,00
Total	30 816,66	32 035,35
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-30 816,66	-32 035,35



17.15. Informações genéricas

O número médio de utentes e pessoal ao serviço em 2020 e 2019 foi o seguinte:

Designação	2020		2019	
	Utentes	Funcionários	Utentes	Funcionários
ERPI	88	62	96	50
Centro Dia	2	3	6	3
Total	90	65	102	53

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou, como pandemia a situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19. Na presente data a situação pandémica mantém-se.

Assim, foram implementadas, a partir dessa data, medidas excepcionais e temporárias, quer sociais, quer económicas, de resposta a esta situação, que deram origem a vários estados de emergência, a diversos confinamentos e regras de distanciamento social da população em geral e a apoios financeiros às entidades e famílias limitadas nas suas atividades.

Sabe-se que o COVID-19 tem um impacto significativo na atividade económica mundial em virtude dos constrangimentos causados ou mesmo impossibilidade de uma atividade em pleno e é exetável que os mesmos constrangimentos se mantenham em 2021.

17.16. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Queluz de Baixo, 15 de abril de 2021.

O Contabilista Certificado

Ana F. Castro

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Direcção.

A Direcção

_____, ____ de _____ de 2021
